

PROCESSO Nº : 2016 38990 000001
UNIDADE GESTORA : 389900 - Agência Tocantinense de Regulação,
Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2015
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 004/2016
SGD Nº 2016/09049/000395

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **84 a 85 e 228 a 229**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra déficit orçamentário de **69,52%**, que se justifica por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria, conforme justificativa às fls. **265 a 269**.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um bom nível de execução com percentual médio de **84,95%**, justificado à fl. **268 a 269**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	1.890.000,00	1.579.625,39	83,58
Receitas de Capital	-	26.200,00	-
Deduções da Receita	-	(183,50)	-
TOTAL	1.890.000,00	1.605.641,89	84,95



FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	ARRECADADA	%
0100	0,00	83,86	-
0225	0,00	40.541,53	-
0226	0,00	26.200,00	-
0240	1.890.000,00	1.538.816,50	81,42
TOTAL	1.890.000,00	1.605.641,89	84,95

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **75,90%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	6.939.485,00	5.266.663,69	75,89
Despesa de Capital	400,00	398,98	99,75
TOTAL	6.939.885,00	5.267.062,67	75,90

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	4.999.066,00	4.688.101,85	93,78
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	50.819,00	22861,56	44,99
240 - Recursos Próprios	1.890.000,00	556.099,26	29,42
TOTAL	6.939.885,00	5.267.062,67	75,90

3.4 As alterações no orçamento inicial refletem um aumento/redução de **3,70%**, demonstrando, portanto, que a execução seguiu o estabelecido no planejamento das atividades da Entidade.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 1.605.641,89**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 4.673.158,66**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 141.499,78** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 74.391,99**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 5.267.062,67**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 183,50**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 38.974,38**, restando saldo de **R\$ 1.188.471,77** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **86 a 88**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **93 a 94**, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **0,80%**, indicando que o Órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.



3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 695.970,81**, composto pelo Imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada).

3.6.3 Houve inscrição de restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 104.183,71**, deste montante, **R\$ 21.278,50** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 82.905,21** a restos a pagar não processados.

3.6.3.1 Não há registro de inscrição de restos a pagar não processados de exercícios anteriores, conforme se verifica à fl. **229**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, no valor de **R\$ 7.445,32**, foi pago **R\$ 237,82** e cancelado **R\$ 1.878,75**, restando um saldo de **R\$ 5.328,75**, justificado à fl. **267**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de **R\$ 1.052.959,31**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 1.188.471,77**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 135.512,46**, conforme fl. **94**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado no valor total de **R\$ 695.970,81**, já deduzida a depreciação, não havendo informações a respeito de divergências entre os sistemas SIAFEM e SISPAT, como se observa na justificativa de fls. **126 a 129**. Quanto à movimentação do período, constatamos divergência entre o Balanço Patrimonial, à fl. **93**, e o SISPAT, às fls. **119 a 125**, justificado às fls. **265 a 269**.

3.7.1 A Nota Explicativa, à fl. **265**, informa que não ha saldo nas contas de bens móveis em processo de localização.

3.8 A conta contábil "Estoques" apresenta saldo no valor de **R\$ 40.702,67**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **138 a 140**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" registra saldo no valor total de **R\$ 113.425,59**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 113.425,59**:

1 - **R\$ 37.711,96** na Conta Única do Tesouro Estadual;

2 - **R\$ 75.713,63** nas contas bancárias específicas.

3.10 As contas do Passivo Circulante totalizam um saldo de **R\$ 1.224.316,71**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a



Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 O saldo inicial da conta "Passivo Não Circulante" não registra **dívida fundada**.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 6.213.937,87** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 5.913.367,64**, demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de **R\$ 300.570,23**, conforme demonstrado à fl. **90 a 92**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido no valor de **R\$ 1.114.079,78**, à fl. **96**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR** foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

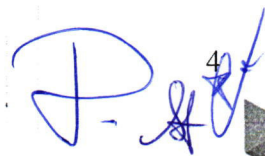
4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **5** (cinco) processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretiva para melhor instrução processual e adequação às normas, além da análise de **1** (um) processo de pagamento de despesas com taxas de condomínio das salas que abrigam a sede da ATR.

4.1.1 Também foi fiscalizado **1** (um) processo de reconhecimento de dívida decorrente de despesa realizada sem prévio empenho e sem cobertura contratual, ocorrida no exercício de 2015, tendo sido recomendado a devida apuração de responsabilidade de quem deu causa.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **8** (oito) atendimentos presenciais, para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de 2015, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano o que possibilitou indicar medidas para o alcance dos resultados demonstrados no item 6 deste Relatório.

5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou auditoria de regularidade na **Agência Tocantinense de Regulação**,



Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins, no exercício em análise, conforme informado à fl. 221.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, está demonstrado através do Relatório de Gestão às fls. 17 a 75, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para Entidade, a eficiência e eficácia dos projetos e atividades, desenvolvidos com base nas iniciativas, nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 2.538/2011(PPA 2012-2015) e revisões, bem como por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 2.942/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.1.1 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos definidos nos Programas Temáticos 1034 - **Governo e Cidadão**, e com suporte nas ações do Programa 1037 - **Gestão e Manutenção da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos**.

6.1.1.1 Para esses objetivos foram estabelecidas metas qualitativas e/ou quantitativas, cujo desempenho no exercício em análise, evidencia um baixo grau de eficiência alcançado para as metas regionalizadas e não regionalizadas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 26 a 34.

6.1.1.2 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 02 (dois) indicadores, dos quais 01 (um) apresentou um nível satisfatório para o órgão, embora o outro 01 (um) não tenha sido apurado, conforme demonstrado às fls. 23 a 26.

6.1.2 Os produtos e serviços criados a partir dos objetivos definidos, revelam que a entidade conseguiu entregar 5 (cinco) serviços à sociedade, sendo 02 (dois) parcialmente de um total de 9 (nove), demonstrando um baixo grau de eficiência alcançado pela entidade, às fls. 35 a 43.

6.1.2.1 Para a realização dessas iniciativas foram elaboradas 06 (seis) ações orçamentárias, de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física, explicitando um alto grau de eficiência, apesar da não execução orçamentaria-financeira de 03 (três) delas, às fls. 44 a 62.

6.1.3 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 83,06% de execução no Programa de Gestão e Manutenção da Pasta, às fls. 62 a 73.



7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **217 a 219**, um quantitativo de **98** servidores ativos, sendo que **8** servidores foram admitidos no exercício de 2015 por meio de concurso e **2** por meio de contrato temporário.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Carlos Júnior Spejorin Silveira, Pedro Adroaldo da Silva** e outros relacionados neste processo às fls. **03/04, COM RESSALVAS** aos itens 3.7, 4.1.1, 6.1.1.1 e 6.1.2, deste relatório.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.



Luciana Burchel de Castro
Analista/Assistente Administrativo



Jalles Martins Parente
Analista/Contador



Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda
Gerente de Avaliação e Controle da
Gestão Governamental



Wellington Junior Silveira
Gerente de Auditoria em Gestão
Administrativa



Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.

Em 22/02/2016.



SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA
Superintendente de Gestão de Ações de Controle Interno

